



Produzindo e vivendo melhor no campo

Existem no Brasil cerca de **4,8 milhões de unidades produtivas da agricultura familiar**. O último Censo Agropecuário (2006) mostrou que, além de ser a base da economia de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes, a agricultura familiar responde por cerca de 70% dos brasileiros ocupados no campo. Os dados apontam ainda que 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 34% do arroz, 58% do leite, 59% dos suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e 21% do trigo produzidos no Brasil são oriundos da agricultura familiar.

Tamanha importância justifica as **políticas diferenciadas que os governos do PT dedicaram à agricultura familiar**. Em nenhum período da nossa história, o governo federal fez tanto pelos pequenos e pelos novos produtores, nascidos da reforma agrária. Um ministério específico foi criado, para facilitar a interlocução com os movimentos e garantir prioridade na implementação dessas ações.

Em 2006, foi aprovada e entrou em vigência a Lei 11.326/06, que instituiu a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, criando, assim, o arcabouço legal para várias políticas de fomento a serem implementadas nos anos subsequentes.

Todos os instrumentos mobilizados ao longo dos 13 anos de PT no governo federal estiveram orientados pela noção de que, ao apoiar o fortalecimento da agricultura familiar, incluindo a reforma agrária, o desenvolvimento do campo e do Brasil seria impulsionado. Tratava-se, portanto, de implementar políticas que, ao mesmo tempo, estimulassem a atividade produtiva e assegurassem o direito à terra e ao trabalho, fazendo da agricultura familiar eixo estratégico para o crescimento do país.

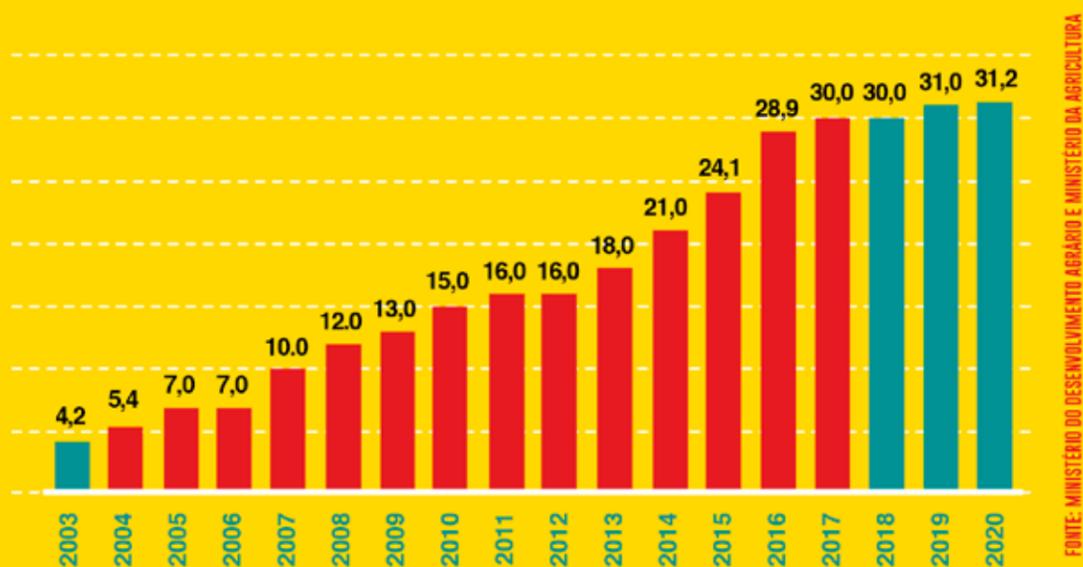
MAIS CRÉDITO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Durante os governos do PT, a agricultura familiar foi atendida, em cada safra agrícola, por um plano de fomento específico. O volume de recursos disponibilizado por meio do Pronaf, que agrupa as linhas de

financiamento para os agricultores familiares, cresceu durante esse período. Entre a safra de 2002/2003 e a de 2016/2017, os **recursos para financiamento da agricultura familiar foram multiplicados por sete, passando de R\$ 4,2 bilhões para R\$ 30 bilhões**.

Nesse intervalo de tempo, o Pronaf alcançou progressivamente todas as regiões do país, chegando a 99% dos municípios brasileiros. Nas safras de 2013/2014 e 2014/2015, para fazer frente à histórica seca que assolava o Semiárido nordestino, o programa ganhou um subconjunto de ações para justamente apoiar a convivência com a estiagem. E, a cada safra, as taxas de juros foram sempre ajustadas para a realidade do pequeno produtor, chegando a ser negativas nas linhas de apoio aos assentados da reforma agrária.

VOLUME DE CRÉDITO PARA AGRICULTURA FAMILIAR POR SAFRA AGRÍCOLA (EM R\$ BILHÕES)



Novas linhas de financiamento

À medida que a agricultura familiar foi sendo fortalecida, novas linhas de financiamento foram sendo agregadas com o propósito de ampliar a competitividade e a sustentabilidade dessas unidades produtivas.

★ O **Mais Alimentos**, por exemplo, era uma linha de crédito que financiava o investimento na infraestrutura das pequenas propriedades, como máquinas e implementos agrícolas, equipamentos para irrigação e veículos para transporte de cargas, entre outros. Com prazos de carência e de pagamento mais longos que os das linhas de custeio, o **Mais Alimentos permitiu elevar a produtividade das pequenas propriedades** e gerou forte demanda para a indústria nacional, uma vez que **foram adquiridos mais de 80 mil tratores e 50 mil veículos comerciais pelos agricultores familiares**.

★ O **Pronaf Agroecologia** foi criado para apoiar a expansão da produção agroecológica entre os agricultores familiares. Oferecia linhas de custeio específicas e linhas de investimento mais baratas para a transição agroecológica. O seu sucesso

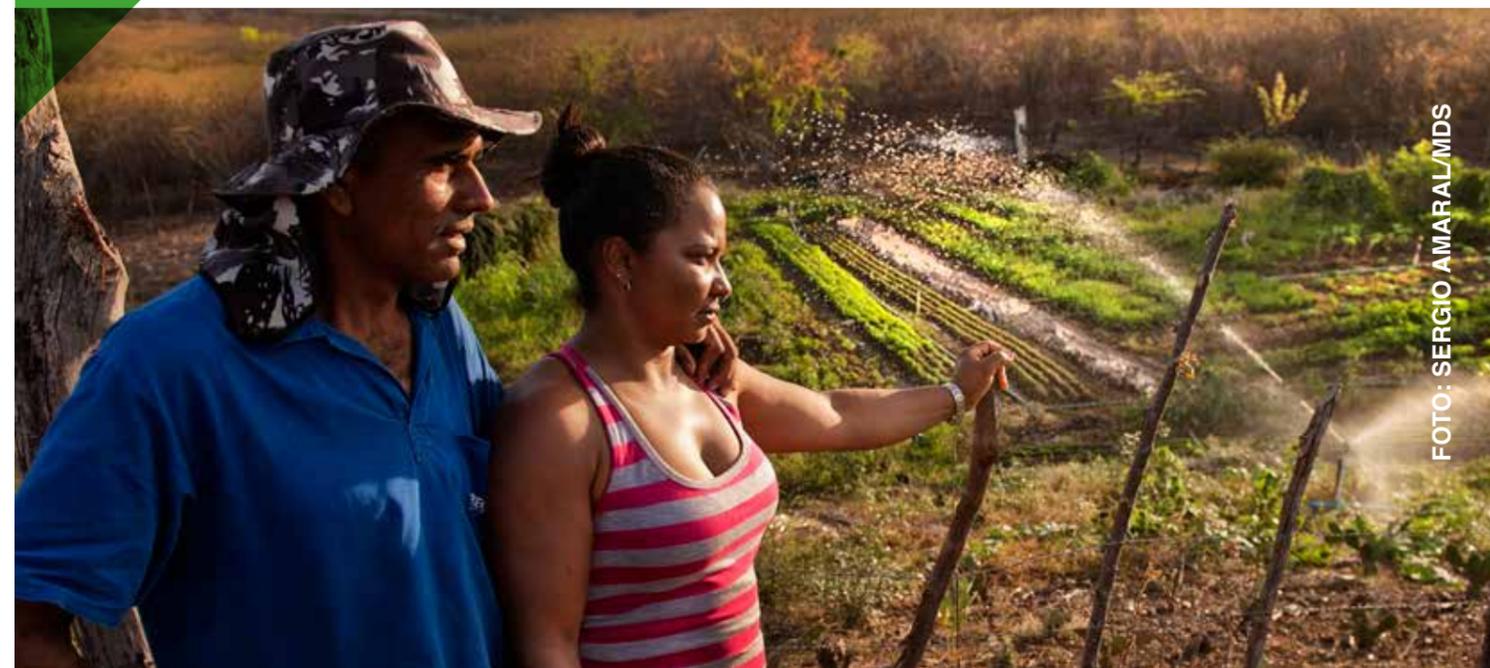
embasou a criação do **Programa Brasil Agroecológico**, em 2013, para estimular a produção de alimentos mais saudáveis para os consumidores, de forma sustentável e sem uso de agrotóxicos.

★ As linhas **Pronaf Jovem** e **Pronaf Mulher**, por sua vez, concediam crédito para promover a autonomia e o empoderamento da juventude e da trabalhadora rural, sempre com condições mais favoráveis que as praticadas nas demais linhas de financiamento.



DESMONTE

Após o golpe, toda a estrutura de subvenção diferenciada para a agricultura familiar foi comprometida. O volume de recursos alocados no Pronaf está relativamente estagnado. E, a partir de 2019, sob o argumento de “uma só agricultura”, foi lançado um único plano de crédito e, após 20 anos, o Pronaf torna-se parte do financiamento mais geral da agricultura brasileira.



MAIS SEGURANÇA E APOIO PARA A PRODUÇÃO FAMILIAR

Os governos do PT implantaram políticas e ações para minimizar o risco produtivo, salvaguardar a renda dos pequenos produtores e estimular a proteção sustentável.

Seguro da agricultura familiar

Criado em 2004, o **Seguro da Agricultura Familiar** resguarda a renda do agricultor familiar em caso de perdas associadas a acidentes climáticos. Contratado junto com o financiamento de custeio, esse seguro garantia, em seus primeiros anos de vigência, até 65% da receita bruta esperada com a produção. Esse percentual foi elevado, na safra 2015/2015, para 80%.

Garantia Safra

A agricultura familiar do semiárido conquistou o Garantia Safra, modalidade de seguro que pode ser acessada por aqueles com renda mensal bruta de até um sa-

lário mínimo e meio, e que tenham perdas de produção em seus municípios igual ou superior a 50% em razão de estiagem. A adesão ao seguro garante o repasse de R\$ 850,00 divididos em cinco parcelas de R\$ 170,00 que são depositadas diretamente no cartão do Bolsa Família. No período do PT à frente do governo, **o número de agricultores protegidos pelo Garantia Safra cresceu de 200 mil para 1,35 milhão.**

Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar

O Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) foi regulamentado em 2006. Com ele, sempre que o preço de comercialização dos produtos estiver abaixo do piso de garantia anual estabelecido, os agricultores recebem um desconto no pagamento do financiamento do Pronaf Custeio ou do Pronaf Investimento. Durante as gestões petistas houve aumento do número de produtos com garantia de preços, que chegou a contabilizar 50 itens, incluindo, ainda, preços diferenciados para produtos da sociobiodiversidade.



FOTO: DIVULGAÇÃO PAC

Oferta de ATER

Em 2002, o investimento em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) era de apenas R\$ 56 milhões. Em 2014, havia chegado a **R\$ 1,1 bilhão**. Isso permitiu que o número de famílias atendidas **crescesse de 160 mil para 700 mil**, entre o início e o final dos governos do PT. Em 2014, para ampliar o alcance e a efetividade desse apoio aos agricultores familiares, foi criada a Agência Nacional de Assistência Técnica – ANATER.

MAIS MERCADOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR – A IMPORTÂNCIA DO PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003, no âmbito do Fome Zero, com o objetivo de garantir a segurança alimentar e nutricional por meio da compra e doação de alimentos produzidos por agricultores familiares. O PAA já nasceu intersetorial, inspirado pela participação da sociedade civil e instâncias como o CONSEA e concebido

em conjunto com diferentes áreas do governo federal.

Sua implementação mostrou a importância das compras feitas pelo Estado para fortalecer a agricultura familiar e promover o acesso aos alimentos, contribuindo para o aumento da segurança alimentar e para o desenvolvimento local, ao dinamizar as economias rurais de milhares de municípios. O PAA serviu de modelo para criação de programas de compras públicas da agricultura familiar, especialmente para a alimentação escolar, em diversos países da América Latina e África.

Desde 2003, mais de 400 mil agricultores familiares participaram do programa em suas diversas modalidades. A maior parte deles, depois da experiência no PAA, partiu para comercialização de seus produtos nos mercados privados, por meio de suas organizações (cooperativas, agroindústrias familiares, etc.). Ao longo do tempo, o Programa procurou alcançar, cada vez mais, os agricultores familiares mais vulneráveis, entre



eles assentados da reforma agrária, extrativistas, indígenas, quilombolas e pescadores artesanais

O Programa comprou e distribuiu, em sua vigência, mais de 3 mil itens, sendo que os de maior presença foram leite e derivados (26%), hortaliças (19%), frutas (14%), seguidos de feijão, arroz, cereais, castanhas, mandioca, carnes, pescados, ovos, sucos e polpas de frutas. Promoveu, assim, a diversidade na produção e hábitos alimentares mais saudáveis.

Algumas alterações legais fortaleceram progressivamente o alcance do PAA:

★ A partir de 2009, os órgãos públicos que recebem recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar devem utilizar no mínimo 30% daqueles na aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar;

★ Em 2012, para fomentar a compra institucional, foi criada uma modalidade que permite a qualquer órgão público comprar alimentos nos moldes do PAA, de forma simplificada, com seus recursos próprios, para atender a sua demanda por alimentos;

★ Em 2015, foi estabelecido que 30% dos recursos dos órgãos públicos da União para adquirir alimentos devem ser destinados à compra da agricultura familiar.

Dados relevantes

★ O PAA buscou, com o passar do tempo, ampliar suas ações junto aos agricultores mais pobres e mulheres. Em 2016, quase 70% dos agricultores fornecedores estavam inscritos no CadÚnico e mais de 45% eram mulheres

★ A maior parte dos recursos foram aplicados nas regiões Norte e Nordeste (em torno de 70%)

★ Todos os Estados e 70% dos municípios brasileiros participaram do PAA ao menos uma vez

★ Mais de 20 mil entidades (rede socioassistencial, escolas e outras) foram beneficiadas pelo PAA

★ Foram adquiridos mais de 4 milhões de toneladas de alimentos pelo PAA



DESMONTE

O PAA teve orçamentos anuais superiores a R\$ 1 bilhão em 2012, 2013 e 2014 e chegou a atender mais de 180 mil agricultores em um único ano em suas diferentes modalidades. Após o golpe, especialmente nos últimos dois anos, os orçamentos são cada vez menores, o que reduziu bastante o número de agricultores beneficiados e as entidades receptoras.

O foco do Programa tem sido cada vez mais a promoção das compras institucionais, como forma de compensar a diminuição dos orçamen-

tos federais do PAA. Contudo, o mercado de compras institucionais favorece agricultores mais organizados, que já contam com associações e/ou cooperativas mais estruturadas. Os agricultores mais pobres e vulneráveis, que ainda não conseguem atender a esse mercado, pois ainda não passaram pela curva de aprendizado que o PAA proporciona, ficam cada vez mais excluídos, assim como são prejudicadas as entidades que recebiam alimentos do Programa.

DIREITO À TERRA – REFORMA AGRÁRIA COM QUALIDADE

A reforma agrária, uma das bandeiras mais importantes para a garantia de direitos e para o fortalecimento da democracia no Brasil, foi intensificada nas gestões do PT. **Entre 2003 e 2014, 51 milhões de hectares (duas vezes o estado de São Paulo) foram incorporados à reforma agrária**, possibilitando o acesso à terra a 698 mil famílias.

Isso significa que, do total de famílias assentadas em toda a história do país, 54% exerceram esse direito nos 13 anos de governos do PT. Nesse mesmo período, outras 97.141 famílias conquistaram acesso à terra por meio do **Programa Nacional de Crédito Fundiário**, o que corresponde a 70% do total beneficiado por esse programa.

DADOS SOBRE REFORMA AGRÁRIA

■ ATÉ 2002
■ PÓS-GOVERNOS DO PT (ATÉ 2014)



FONTE: MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E MINISTÉRIO DA AGRICULTURA



FOTO: RICARDO STUCKERT



FOTO: RAFAEL ZART/MDS

Sustentabilidade e infraestrutura no campo

Houve também, nesse período, um esforço para dar mais qualidade e sustentabilidade aos assentamentos e para possibilitar mais direitos aos assentados. Serviços públicos passaram a ser garantidos, levando programas como o **Luz para Todos, o Água para Todos e o Minha Casa Minha Vida**. Houve ampliação dos recursos para investir em obras coletivas dentro dos assentamentos e em estradas vicinais que os ligam aos municípios. Essas ações foram facilitadas pela distribuição, dentro do PAC, de equipamentos (retroescavadeiras, moto-niveladoras e caminhões-caçamba) para 5.060 municípios.

Linhas de crédito para a reforma agrária

A mudança mais robusta foi realizada no Plano Safra 2014/2015, quando, além de estabelecer regras para solução do passivo de crédito de 1 milhão de famílias da reforma agrária, foi criada uma nova sistemática de financiamento para essas famílias, com ciclos progressivos e orientados de estruturação produtiva, com agilidade na operacionalização via cartão.



REFORMA AGRÁRIA EM RISCO

A continuidade da reforma agrária e do apoio aos assentamentos está em questão devido às restrições orçamentárias impostas pela adoção, ainda no governo Temer, do teto dos gastos públicos. A isso se somam, no atual governo, a extinção de qualquer instância de governo para cuidar do tema da agricultura familiar – na gestão Temer, o MDA havia sido rebaixado para secretaria, e, no atual governo, acabou extinto – e a visão ideológica equivocada quanto ao papel e importância da reforma agrária para o desenvolvimento do país.

